

# O Peso do Dólar: Da Intervenção Norte-Americana ao Populismo de Milei na Argentina

LUÍSA BEATRIZ RIBEIRO SILVA

A eleição de Javier Milei à presidência da Argentina, em dezembro de 2023, representa mais que uma inflexão ideológica ou uma reação conjuntural a uma crise econômica pontual. Trata-se, sobretudo, da manifestação de uma dependência estrutural de longa duração, que marca a trajetória do modelo econômico argentino e sua subordinação histórica às diretrizes de política econômica oriundas dos Estados Unidos. A ascensão de Milei – que se autodeclara "anarcocapitalista" e defende a dolarização da economia, a eliminação do peso e a desregulamentação ampla do Estado – não pode ser compreendida sem referência à influência sistemática exercida por Washington, por meio de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), de escolas econômicas como a de Chicago, e de think tanks neoliberais transnacionais (Cury, 2011).

A crise econômica que permitiu sua eleição foi amplificada por decisões tomadas sob a égide de organismos financeiros internacionais, como o acordo de reestruturação da dívida de US\$ 44 bilhões firmado com o FMI em 2022 (International Monetary Fund, 2022). Este acordo impôs à Argentina um conjunto de condicionalidades clássicas do receituário neoliberal – cortes em gastos sociais, metas de superávit primário e desvalorizações do câmbio – que, longe de estabilizar a economia, aprofundaram a recessão e impulsionaram a inflação para 211% em 2023, a mais alta em três décadas (Catto, 2024). Nesse cenário de colapso social e institucional, Milei emerge como uma figura politicamente viável, prometendo não apenas romper com o "comunismo", mas abraçar de forma radical a ortodoxia econômica historicamente promovida pelos Estados Unidos na América Latina.

A presente análise busca compreender Javier Milei não como uma ruptura com o passado recente, mas como a expressão mais acabada de uma lógica de dependência econômica moldada ao longo do século XX e aprofundada no século XXI. Desde o apoio norte-americano à ditadura militar argentina nos anos 1970. Passando

pela implementação do Consenso de Washington nos anos 1990 e pelos sucessivos acordos com o FMI nas décadas seguintes, a política econômica argentina foi sucessivamente condicionada por interesses e estruturas externas. Ainda que distintos em sua retórica, governos como os de Menem, Kirchner, Macri, Fernández e, agora, Milei, operaram dentro de um mesmo marco de ação: a manutenção da Argentina como economia periférica, marcada por ciclos de endividamento, crises e ajustes.

Ao aprofundar a dolarização e a retirada do Estado da economia, Milei não inaugura um novo paradigma, mas radicaliza os mecanismos de subordinação ao centro do sistema internacional, reforçando a condição dependente da Argentina no sistema econômico global. Em última instância, sua eleição pode ser lida como o ápice de um processo histórico de transferência de soberania econômica, em que a capacidade do Estado argentino de formular respostas autônomas à crise é sistematicamente corroída por condicionantes externos. A crise da democracia argentina, na figura da ascensão de Milei, nesse sentido, não é apenas o resultado de falhas institucionais internas, mas também o produto direto de uma arquitetura internacional assimétrica que restringe suas possibilidades de ação soberana.

## **A Influência dos EUA e a Reconfiguração do Estado Argentino: Da Ditadura ao Neoliberalismo**

O modelo democrático liberal na América Latina não surgiu de forma orgânica, mas foi imposto por interesses externos que reforçaram a dependência econômica da região (Marini, 2007). Na Argentina, essa interferência se intensificou durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos, temendo a expansão soviética após a Revolução Cubana (1959), passaram a considerar governos progressistas como ameaças (Filho, 1999). Esse temor justificou o apoio à ditadura argentina (1976–1983), inclusive com treinamento de militares na Escola das Américas para depois aplicarem técnicas de repressão aprendidas em programas financiados pelos EUA (Quadrat, 2002). A participação americana no Plano Condor, coordenado pela

CIA, colaborou com a repressão a opositores de esquerda, resultando em 30 mil desaparecidos e perseguição a exilados com ajuda de agentes estadunidenses, segundo arquivos do Departamento de Estado divulgados em 2019 (Abrão, 2021; O Globo e Agências Internacionais, 2019).

Com o fim das ditaduras, os EUA adaptaram sua estratégia de influência, adotando o neoliberalismo como novo mecanismo de dominação econômica. Marini (2007) destaca que a redemocratização integrou uma reestruturação global guiada pelos interesses dos EUA. A redemocratização coincidiu com a abertura econômica, em um contexto marcado por pesadas dívidas externas deixadas pelos regimes militares (Marini, 2007).

É nesse sentido, então, que na década de 1990, os países latino-americanos, incluindo a Argentina, seguiram as diretrizes do Consenso de Washington – disciplina fiscal, abertura comercial, estímulo ao investimento estrangeiro, privatizações, desregulamentação e respeito ao direito de propriedade (Chiarello; Da Silva; Villas Boas, 2019). Na Argentina, essas medidas foram implementadas pelo governo de Carlos Menem (1989–1999), com destaque para a Lei de Convertibilidade (1991), que atrelou o peso ao dólar, e a privatização de empresas estratégicas como a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) e ferrovias, a preços irrisórios (Américo, 2023; Redação Rede Argentina, 2023).

O objetivo era controlar a hiperinflação e estabilizar a economia. Inicialmente, houve êxito na redução da inflação, mas a dependência crescente do capital internacional e o endividamento levaram ao colapso. Em 2001, a dívida atingiu US\$ 144 bilhões (Lapper e Catan, 2001), o desemprego alcançou 20% (Reuters, 2003) e o PIB per capita caiu 28% entre 1998 e 2002 (Chirinos, 2005).

A crise teve seu ápice com o "corralito" – congelamento bancário decretado em dezembro de 2001, que limitou os saques a 250 pesos semanais e proibiu retiradas em dólares –, e a moratória da dívida externa no valor de US\$ 100 bilhões (Rocha, 2006; Da Redação, 2014). Esses episódios provocaram o "Argentinazo", uma onda de protestos que resultou na renúncia de cinco presidentes em poucas semanas, com 39 mortos e mais de 52% da população na pobreza (Salinas, 2015; Jonas, 2012).

## Democracia em Crise: A Representatividade Esgotada na Argentina

A imposição do modelo neoliberal na América Latina, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, resultou em transformações profundas nas instituições democráticas da região. Conforme aponta Marini (2007), o modelo democrático liberal não surgiu de forma orgânica no continente, mas como um projeto exógeno, ajustado aos interesses das elites locais e das potências estrangeiras. No caso argentino, a democracia foi fragilizada desde o início por sua condição de dependência.

Os governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003–2015) buscaram reconstruir o pacto social desfeito após a crise de 2001, recorrendo a políticas de redistribuição e adotando uma retórica fortemente crítica ao Fundo Monetário Internacional. No entanto, segundo Da Silva (2009), apesar de seu discurso anti-neoliberal, os Kirchner não romperam com as estruturas macroeconômicas herdadas dos anos 1990, mantendo os principais pilares do modelo de dependência.

Com a eleição de Mauricio Macri em 2015, a Argentina retorna de forma explícita à ortodoxia neoliberal (Cholvis, 2020). Seu governo implementa políticas de austeridade, promove cortes nos gastos públicos, elimina subsídios e busca reintegrar o país aos mercados financeiros internacionais. O resultado, contudo, foi o agravamento das desigualdades sociais, o aumento do endividamento externo e o retorno ao FMI em 2018, com um empréstimo recorde de cerca de 57 bilhões de dólares (Cholvis, 2020; GI, 2018). Apesar da promessa de modernização e abertura, a gestão Macri aprofundou a crise econômica (Cholvis, 2020) minando assim ainda mais a confiança nas instituições democráticas, ao aplicar um receituário que ampliou a instabilidade e piorou a insatisfação da população.

Posteriormente, Alberto Fernández (2019–2023) tentou preservar certo equilíbrio institucional. Mesmo diante da crise agravada e da pressão do FMI, renegociou a dívida em 2020 sem aderir completamente às reformas exigidas pelo Fundo (Fernandes *et al.*, 2022). Ainda assim, sua gestão foi marcada por inflação crescente, empobrecimento da população e descrédito generalizado da política, aprofundando a sensação de esgotamento da

democracia representativa.

Esse contexto alimentou a descrença nas instituições e gerou um vácuo de representatividade que preparou o terreno para o surgimento de discursos mais radicais e anti políticos. A falência do modelo de conciliação e os limites das experiências progressistas revelaram que, sem romper com os mecanismos de dependência econômica, os governos democráticos latino-americanos permanecem reféns dos interesses externos e dos circuitos financeiros internacionais (Chiarello; Da Silva; Villas Boas, 2019). Como observam Jatobá e Andrade (2022), em cenários de frustração da população, ganham espaço na política outsiders que se apresentam como “a voz do povo”, rejeitam a legitimidade do sistema político tradicional e passam a corroer ou ameaçar as instituições pelas quais foram eleitos.

## O Populismo como Resposta: Milei e a Nova Face da Crise Argentina

Frente ao desgaste das estruturas institucionais tradicionais e à incapacidade da democracia liberal de oferecer soluções concretas para os problemas sociais, a Argentina assistiu à ascensão de formas de populismo que canalizam o descontentamento popular. Segundo Bartra (2008, p. 5), o populismo é “um discurso que interpela o ‘povo’ como sujeito, para se opor ao poder hegemônico”. Essa lógica se intensificou em um país marcado por sucessivas crises econômicas, inflação crônica, dívida externa e descrédito nas elites políticas.

É nesse cenário que Javier Milei, eleito em 2023, se projeta como a figura mais disruptiva da política argentina recente. Apresentando-se como um outsider radical, Milei articula uma retórica agressivamente liberal, propõe a dolarização completa da economia e promete “demolir o Estado”. Sua linguagem antiestablishment e os constantes ataques à chamada “casta política” ressoam com uma população exausta dos fracassos do modelo tradicional. Seu discurso se ancora em um antagonismo binário entre um “povo puro” e uma elite política corrupta, valorizando a ideia de soberania popular e atacando os intermediários institucionais, como partidos, parlamento e imprensa –

o que é característico dos populismos contemporâneos (Jatobá e Andrade, 2022).

Contudo, apesar da retórica revolucionária, suas propostas aprofundam os mesmos princípios neoliberais que historicamente causaram instabilidade e exclusão social. Ao propor a entrega completa da soberania monetária e cortar direitos sociais, Milei reproduz – sob nova roupagem – a lógica de dependência que já havia sido instaurada nos anos 1990 (Costa, 2022). Isso confirma a crítica de Marini (2007), segundo a qual a democracia liberal latino-americana, ao não ser capaz de expressar autonomamente os interesses populares, se transforma em um instrumento de reprodução das elites e das potências estrangeiras.

Milei representa, portanto, a face mais radical de um populismo que, em vez de romper com o sistema, o leva às últimas consequências. Sua proposta de liberdade total de mercado, embora embalada em um discurso de autonomia, na prática significa a submissão ainda maior às dinâmicas do capital internacional. Esse paradoxo – o uso da linguagem de ruptura para implementar um aprofundamento da dependência – revela os limites do populismo enquanto resposta à crise.

Como alerta Bartra (2008), lideranças populistas, mesmo quando insurgentes, frequentemente terminam por reproduzir práticas autoritárias, centralizadoras e de manutenção da ordem econômica vigente. No caso de Milei, essa tendência se manifesta em sua relação conflituosa com o Congresso, o desprezo pelo diálogo institucional e a tentativa de governar por decretos – características que colocam em risco os princípios democráticos em nome da “eficiência” e da “salvação econômica”.

A experiência argentina mostra, assim, que o populismo não é solução, mas um sintoma da falência estrutural do sistema político. Ele expressa a demanda por mudança, mas frequentemente conduz a novos ciclos de autoritarismo e submissão externa. Javier Milei representa o ponto culminante dessa trajetória: um populismo ultraliberal que se alimenta da crise para aprofundá-la, prometendo liberdade enquanto reconfigura a democracia como uma fachada a serviço do mercado.

## Considerações Finais

A trajetória recente da Argentina ilustra de forma emblemática os impasses enfrentados pelas democracias latino-americanas diante da hegemonia neoliberal. Desde a interferência direta dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, passando pela imposição das diretrizes do Consenso de Washington, até a dolarização parcial da economia nos anos 1990, a soberania política argentina foi sistematicamente condicionada por estruturas de poder externas. Como apontado por Marini (2007), a democracia liberal na América Latina, longe de se constituir como um processo autônomo, foi construída sob bases exógenas, ajustadas à lógica do capital internacional e aos interesses das elites locais.

A consequência desse processo é a persistente crise de representatividade política, em que governos eleitos democraticamente veem-se incapazes de responder às demandas sociais por estarem subordinados às exigências de austeridade fiscal e estabilidade monetária impostas por instituições financeiras globais. Essa disjunção entre o voto popular e a eficácia política alimenta a descrença na democracia e cria terreno fértil para o surgimento de lideranças populistas.

Nesse cenário, Javier Milei representa tanto uma continuidade quanto uma ruptura. Continuidade no sentido em que reproduz – de forma ainda mais radical – os fundamentos do neoliberalismo que prometem resolver a crise econômica aprofundando a dependência do país. E ruptura por sua retórica abertamente antissistema, que nega os canais institucionais tradicionais e propõe soluções autoritárias sob o disfarce da liberdade de mercado.

Assim, o fenômeno Milei, longe de significar uma simples mudança de orientação política, deve ser compreendido como resultado histórico de décadas de políticas que desarticularam a soberania popular em nome da estabilidade financeira. O populismo de direita surge, portanto, como resposta distorcida a um sistema político-econômico em colapso, mas cujas causas estruturais permanecem inalteradas. Enquanto a lógica neoliberal seguir moldando os limites da ação estatal, qualquer projeto democrático estará condenado a funcionar sob os termos de uma dependência travestida de modernização – e a crise de representação política seguirá como marca constitutiva das democracias latino-americanas.

# Referências

---

ABRÃO, R. **Políticas de memória no Brasil e na Argentina** : lembranças do nunca mais. 1. ed. Florianópolis : Editoria em Debate/ UFSC, 2021. v. 1.

AMÉRICO, J. **Conheça a YPF, a Petrobras da Argentina que Milei quer privatizar; ações da empresa disparam 40%**. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/conheca-a-ypf-a-petrobras-da-argentina-que-milei-quer-privatizar-acoes-da-empresa-disparam-40/>.

BANDEIRA, L. A. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135–146, jul/ dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BARTRA, R. Populismo y democracia en América Latina, **Letras Libres**, México, nº 48, abril. 2008. Disponível em: [https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1229642106.1207607448\\_1\\_\\_2.pdf](https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1229642106.1207607448_1__2.pdf). Acesso em: 5 fev. 2025.

CASANOVA, P. La crisis del estado y la lucha por la democracia en América Latina: Problemas y Perspectivas. In: CASANOVA, P. e ROITMAN, M. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores CLACSO, 2009. p. 185–210.

CATTO, A. **Inflação na Argentina fecha 2023 em 211,4%, maior nível em 33 anos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/11/inflacao-argentina-2023.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CHIARELLO, F.; Da Silva, G.; VILLAS BOAS, O. Capitalismo e Democracia: Da crise econômica de 2008 à crise de legitimação política. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 166–186, jul/dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/9681> Acesso em: 6 fev. 2025.

CHIRINOS, C. **Década de 90 foi decepcionante na AL, diz FMI**. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050208\\_americalatinacg](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050208_americalatinacg). Acesso em: 8 fev. 2025.

CHOLVIS, Jorge Francisco. La Constitución argentina y los tiempos del F.M.I. - De Aramburu a Macri. **Revista Científica Arbitrada de la Fundación MenteClara**, v. 5, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://fundacionmenteclara.org.ar/revista/index.php/RCA/article/view/137/265>. Acesso em: 1 abr. 2025.

# Referências

---

COSTA, L. **A Adoção do Consenso de Washington por Carlos Menem em Perspectiva com o Capitalismo Periférico.** Monografia para obtenção de Bacharel em Relações Internacionais e Integração—Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA: [s.n.].

CURY, R. O Ideário Neoliberal e suas “Receitas”: Base para um Estudo da (Des)regulamentação Jurídica das Relações de Trabalho. **Revista CPPG**, v. 25, n. ISSN 1517-8471, p. 147–165, fev. 2011.

DA REDAÇÃO. **Relembre a maior moratória da história da Argentina.** Disponível em: <https://exame.com/economia/relembre-a-maior-moratoria-da-historia-da-argentina/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

DA SILVA, R. Novo Desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina: entre o debate acadêmico e a prática política. **Revista do Serviço Público.** Brasília, v. 66, n. 4, p. 558–584, 2015.

\_\_\_\_\_. A Argentina entre as Reformas Econômicas Neoliberais e a Redefinição das Negociações com o FMI (1989–2007). **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 13–37, jun. 2009.

FERNANDES, M. P. et al. O Novo Acordo da Argentina com o FMI. **Brazilian Keynesian Review**, v. 8, n. 2, p. 248–257, 26 dez. 2022.

FILHO, J. R. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, v. 12, n. 12, p. 67–82, jun. 1999.

G1. Direção do FMI aprova empréstimo de US\$ 56,3 bilhões para Argentina. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/26/direcao-do-fmi-aprova-emprestimo-de-us-563-bilhoes-para-argentina.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF executive board approves 30-month US\$44 billion extended arrangement for argentina and concludes 2022 article IV consultation.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/03/25/pr2289-argentina-imf-exec-board-approves-extended-arrangement-concludes-2022-article-iv-consultation>.

JATOBÁ, Daniel ; ANDRADE, Mateus. Fragmentos Do Discurso Populista: A Dicotomia Amigo-Inimigo Na Retórica Do Governo Jair Bolsonaro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2022.. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/download/67727/44401/253365>. Acesso em: 1 abr. 2023.

## Referências

---

JONAS , **“Argentinazo”. Uma década depois**, Unisinos.br, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/506392-argentinazo-uma-decada-depois>. acesso em: 30 mar. 2025.

LAPPER, R.; CATAN, Thomas. **Entenda a crise: O sucesso inicial da Argentina no câmbio se tornou pó** - 20/12/2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2012200118.htm>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MARINI, R. La lucha por la democracia en América Latina. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, Buenos Aires, v. 1, out. 2007. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/marini/marini.pdf>.

MOLINA, F. R. **O FMI e as grandes crises argentinas: ditadura, hiperinflação e corralito**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526060025\\_328226.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526060025_328226.html). Acesso em: 30 mar. 2025.

O GLOBO E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. **EUA revelam 47 mil páginas de documentos sobre a ditadura da Argentina**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-revelam-47-mil-paginas-de-documentos-sobre-ditadura-da-argentina-23594563>. Acesso em: 30 mar. 2025.

QUADRAT, S. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 167-182, jun. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23793/14278>. Acesso em: 31 mar. 2025.

REDAÇÃO REDE ARGENTINA. **Milei anuncia privatizações como Menem fez na década de 1990 – Rede Argentina**. Disponível em: <https://redeargentina.com.br/2023/11/23/milei-promete-privatizacoes-como-fez-menem-nos-anos-90/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

REUTERS. **Folha Online - Reuters - Economia argentina registrou em 2002 maior retração em 100 anos - 20/03/2003**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u29986.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ROCHA, J. **Sistema financeiro começa a se recuperar da crise na Argentina**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/472925/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 30 mar. 2025.

## Referências

---

SALINAS, A. 14 anos do argentinazo . **Liga Internacional dos Trabalhadores**. Disponível em: [https://litci.org/pt/2015/12/23/14-anos-do-argentinazo/?utm\\_source=copylink&utm\\_medium=browser](https://litci.org/pt/2015/12/23/14-anos-do-argentinazo/?utm_source=copylink&utm_medium=browser). Acesso em: 30 mar. 2025.

STREECK, W. As Crises do Capitalismo Democrático. Tradução: Alexandre Morales. **Novos Estudos - CEBRAP**. São Paulo, nº 92 p. 35-56, 2012.

WHYTE, J. Economistas neoliberais como Milton Friedman aplaudiram a ditadura de Augusto Pinochet. Tradução: Sofia Schurig. **Jacobina**, 11 set. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/09/economistas-neoliberais-como-milton-friedman-aplaudiram-a-ditadura-de-augusto-pinochet/>. Acesso em: 6 fev. 2025.